



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Processo Administrativo nº 3318/2026

Anexo nº 1856

Documento de Formalização da Demanda nº 3100

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a aplicação de Manta Asfáltica Aluminizada “no crack” sobre a cobertura do Ginásio de Esportes José Gomes Colhado e do Ginásio do Conjunto João de Barro e grama sintética para suprir as necessidades nas Praças Esportivas e Lazer espalhadas pelo Município de Marialva, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer deste município de Marialva – PR, através de Pregão, na forma Eletrônica pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da tabela abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	306067 - MANTA ASFÁLTICA COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA, PRODUZIDO A BASE DE ASFÁLTICOS MODIFICADOS E COM POLÍMEROS, ESTRUTURADA COM TECIDO DE POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERIOR COM FOLHA DE ALUMÍNIO COMPOSTO FLEXÍVEL E ACABAMENTO INFERIOR EM POLIÉSTER, ATENDENDO A NORMA ABNT-NBR 9952/2014 E FABRICADO COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO NBR ISO 9001:2015.	M2	10.000	67,02	670.200,00
AMPLA	Lote 2	1	306068 - AQUISIÇÃO, MÃO DE OBRA E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA ARTIFICIAL DE 12MM NA COR VERDE COM PROTEÇÃO UV E ANTI-FUNGO.	M2	3.000	40,63	121.890,00
AMPLA	Lote 3	1	306069 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA NA COR VERDE COM ALTURA MÍNIMA DE 50 - 52 MM), FABRICADA EM POLIETILENO, COM TIPO DE FIO MONOFILAMENTO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, COM MANTA DE POLIPROPILENO COM PROTEÇÃO EM LÁTEX, DTEX ENTRE 8.000 A 11.000 E TELA/BASE DUPLA (BASE REFORÇADA), COM FAIXAS LATERAIS DE GRAMA SINTÉTICA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS: COLA PU, TAPE (30CM) E BORRACHA. INCLUI CORTE, ACABAMENTO E SOLDAGEM DOS ROLOS DE GRAMA SINTÉTICA COM COLA BICOMPONENTE. BORRACHA (GRÂNULOS).	M2	5.000	77,55	387.750,00

2 DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contado da data de assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.1.1. Em caso de aditivo de prorrogação de contrato, o índice utilizado para o reajuste contratual será o IPCA.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Com finalidade da instalação da manta proporciona a impermeabilização do telhado, o que resolve as infiltrações em dias chuvosos. Além disso, protege o local contra a umidade, reduz o calor no verão, mantém a temperatura no inverno e proporciona conforto acústico e irá proporcionar mais segurança e conforto para quem pratica atividades esportivas, como para quem acompanha jogos e assim justificando a aquisição da manta. Referente a grama sintética, a mesma tem a finalidade de restaurar a estética, a higiene e a segurança do espaço, tornando os ambientes agradáveis, notadamente em locais públicos. Mantém o aspecto vibrante e verde o ano inteiro, independentemente da estação ou do clima, suporta alto tráfego e pode ser instalada em áreas externas e internas, sendo hipoalergênica, não atrai insetos (como formigas e abelhas), e de fácil higienização e com uso adequado em parques e espaços esportivos (campos e quadras), assim justificando a aquisição de grama sintética para atender a



Secretaria Municipal de Esporte e Lazer deste município de Marialva – PR.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. Não foi constatado nenhum impacto ambiental relevante para a presente contratação.

5.2. Subcontratação

5.2.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.3. Obrigações das Partes

5.3.1. Da Contratada

5.3.1.1. Abster-se de subcontratar o serviço da presente licitação;

5.3.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.3.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.3.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.3.1.5. Manter durante a execução do contrato, de forma integral as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.1.6. Efetuar a entrega e o serviço de instalação nas devidas condições editalícias, devendo promover a adequação em até 02 (Dois) dias úteis, a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.3.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.3.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;

5.3.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.3.1.9. Arcar, integralmente, com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.3.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR, quando da execução do serviço;

5.3.1.11. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do serviço e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.3.1.12. Acatar todas as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.3.2. Da Contratante

5.3.2.1. Receber o serviço e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.3.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.3.2.3. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no serviço fornecido;

5.3.2.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento



convocatório ou na proposta apresentada;

5.3.2.5. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.4. Infrações e Sanções

5.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.4.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.4.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.4.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

5.4.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.4.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.4.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.4.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.4.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.4.1.9. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.4.2. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.4.2.1. advertência;

5.4.2.2. multa;

5.4.2.3. suspensão temporária de participação em licitação;

5.4.2.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.4.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.4.2.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.4.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.4.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.4.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.4.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.

5.4.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

5.4.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença



será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da datado recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.4.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.4.14. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.4.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.4.16. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.4.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.5. Severidade

5.5.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1ª vez				



5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.5.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.5.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.5.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.5.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

5.6. Moratória

5.6.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.6.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.6.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 05 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.



5.6.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a nãoaceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato

5.6.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.6.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em casode inexecução total da obrigação assumida.

5.6.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, noscasos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condição e local de entrega

6.1.1. A aquisição será parcial, e em conformidade a demanda da Unidade Requisitante, e a Contratada deverá efetuar o serviço no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis após ter a ciência da emissão de Empenho pela Contratante, obedecendo integralmetne as especificações técnicas contidas em Edital.

6.1.2. Os locais de execução do serviço encontram-se inseridos nos limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR (Zonas urbana e rural), incluindo suas regiões distritais e demais comunidades, e serão indicados pela Unidade Requisitante.

6.1.3. A Contratada será responsável pelo fornecimento e aplicação dos itens.

6.1.4. O item referente ao Lote nº 01deverá ser aplicado pela Contratante.

6.1.4.1. Os materiais e demais insumos demandados pela aplicação do Lote nº 01 estarão sob a responsabilidade de Contratada.

6.1.4.2. Para o Lote nº 01, a Contratada deverá atender integralmente a NR 15.

6.1.4.3. Para o Lote nº 01, a Contratada deverá disponibilizar, de forma integral, os equipamentos de proteção individual à seus colaboradores durante a execução do serviço.

6.1.5. Para os Lotes nºs 02 e 03, a Contratada deverá efetuar suas instalações nos locais indicados pela Unidade Requisitante.

6.1.5.1. Os materiais e demais insumos necessários para a instalação dos itens pertinentes aos Lotes nºs 02 e 03 estarão sob a responsabilidade da Contratada.

6.1.6. A Unidade Requisitante poderá emitir 01 (Um) empenho referente à diversos locais para a execução do objeto contratado.

6.1.7. O serviço terá o recebimento provisório, de forma sumária em conformidade à Lei 14.133/2021.

6.1.7.1. O recebimento provisório possui por finalidade garantir a qualidade mínima do serviço licitado.

6.1.7.2. Os métodos de avaliação serão: análise, medição da execução do serviço contratado;

6.1.7.3. Se durante a avaliação, o serviço efetuado estiver em desconformidade ao conteúdo editalício, o mesmo será recusado.

6.1.7.3.1. O serviço recusado, em todo ou em parte, deverá ser substituído no prazo máximo de 02 (Dois) úteis, após a ciência data pela Contratante à Contratada.

6.1.7.4. O município de Marialva – PR aceitará 01 (Uma) substituição por Nota de Empenho de serviço em desacordo com o teor editalício.

6.1.7.5. A critério da Contratante, poderá ser dispensado o recebimento provisório.

6.1.8. Caso não seja possível a execução do serviço nas datas acordadas, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas, com o prazo máximo de 02 (Cinco) dias uteis de antecedencia, para que quaisquer pleitos de prorrogação de prazo seja analisada, ressalvadas em situações de caso fortuito e força maior.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:



GESTORA DE CONTRATOS

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

FISCAIS DE CONTRATO

Titulares:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Ronaldo Parpinelli	Secretário de Esportes e Lazer	9963
Tairone Cardoso da Cruz	Chefe Da Divisão De Modalidades Esportivas E Competições	10000

Suplentes:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Denise Regina Dall Pizzol	Professora de Educação Física	3135

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3. O pagamento concernente ao serviço contratado será realizado obedecendo a realização do serviço, mediante apresentação de nota fiscal por parte da CONTRATADA.

8.4. O pagamento somente será realizado após a apresentação de nota fiscal, concomitantemente a execução do serviço contratado.

8.5. Liquidação

8.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma:

8.5.2.1. **A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

8.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.5.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante



o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Forma de pagamento

8.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, devendo ser respeitados os valores máximos por item.

9.1.2. Justifica-se o não parcelamento previsto no Artigo 47, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o serviço pretendido demanda por uniformização e padronização, visto que a execução do serviço efetuado por prestadores distintos poderá comprometer o objetivo pretendido, coadunando-se assim ao Artigo nº 49 da referida Lei.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

9.2.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

9.2.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



9.2.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.2. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

9.2.1.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.2.1.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.2.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.1.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.1.2.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.1.2.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura de contrato.

9.2.1.2.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.1.2.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.2.1.2.8. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.2.1.2.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.2.1.2.10. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.2.1.3. **Documentação complementar:**

9.2.1.3.1. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

9.2.1.3.2. Declaração Unificada – Conforme Anexo

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem



adquiridas pelo Município de Marialva-PR é de R\$ 1.179.840,00 (Um milhão, cento e setenta e nove mil, e oitocentos e quarenta reais). O preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30 % do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, aditado no Processo Administrativo nº 3318/2026.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade a Dotação Orçamentária colacionada junto ao Processo Administrativo nº 3318/2026.

Marialva – PR, 17 de Junho de 2026.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Considerando a necessidade de adequação em espaços esportivos, a devida instalação de manta proporcionará a impermeabilização do telhado, trazendo resolutividade quanto as infiltrações notadamente em dias chuvosos. Concomitantemente, protegendo os locais em relação à umidade, reduzindo a incidência de altas temperaturas no interior do local, mantendo, de forma inversa, o conforto térmico durante o período de baixas temperaturas características do inverno, promovendo ainda a comodidade acústica durante a prática de atividades esportivas. Referente a grama sintética, a mesma tem a finalidade de restaurar a estética, a higiene e a segurança do espaço, tornando os ambientes agradáveis, notadamente em locais públicos, com a manutenção do aspecto vibrante e verde, independentemente da estação ou do clima, com o suporte de alto tráfego e podendo ser instalada em áreas externas e internas, sendo hipoalergênica, não atraindo insetos (como formigas e abelhas), de fácil higienização com uso adequado em parques e espaços esportivos (campos e quadras). Jusificando assim face ao conteúdo exposto, as aquisições pretendidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer deste município de Marialva – PR.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa pontual, cuja previsão do recurso é efetuada através de dotação orçamentária específica, do Processo Administrativo nº 3318/2026.

Em conformidade, ao Artigo nº 06, do Decreto nº 8087/2022, o município de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações para fins de pautar e racionalizar as aquisições e demais contratações dos entes sob sua responsabilidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica no Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada para a presente aquisição possui como parâmetro as necessidades de manutenção nos espaços de lazer existentes (ginásios de esporte, campos e praças públicas).

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fora aferido o mercado, onde constatou-se uma quantidade satisfatória de potenciais fornecedores, com capacidade técnica-operacional à atender de forma eficiente a pretendida contratação.



7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

11.2. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva-PR é de R\$ 1.179.840,00 (Um milhão, cento e setenta e nove mil, e oitocentos e quarenta reais). O preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30 % do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, aditado no Processo Administrativo nº 3318/2026.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO PREVISTO DO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

Justifica-se o não parcelamento previsto no Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o serviço pretendido demanda por uniformização e padronização, visto que a execução do serviço efetuado por prestadores distintos poderá comprometer a finalidade pretendida, coadunando-se assim ao Artigo nº 49 da referida Lei.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Opta-se pela pretendida contratação, para adequação e conservação dos espaços públicos deste município de Marialva – PR através da aquisição da manta e grama sintética, já devidamente instalada, requisitos estes sob a responsabilidade da Contratada, dessa forma não demandando a mão-de-obra oriunda de servidores públicos municipais para a execução de tais serviços.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação pretende-se prover o devido cuidado em espaços públicos que exigem a conservação.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foi constatado nenhum impacto ambiental relevante para a presente contratação.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, entende-se que a aquisição do serviço pretendido torna-se viável para atender a finalidade proposta.

14. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D28E-198A-A1C8-8851

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RONALDO PARPINELLI (CPF 714.XXX.XXX-59) em 17/06/2026 13:54:23 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/D28E-198A-A1C8-8851>